

Sumário

Introdução.....	1
1. A Posse de Bens Públicos Dominicais.....	25
1.1 A insuficiente presunção da função social da propriedade pública	31
1.2 A preponderante realização da função social pela posse ad interdicta sobre a titularidade do bem.....	51
1.3 A (in)constitucionalidade da usucapião de bens públicos.....	60
2. O Enquadramento da Ocupação Funcionalizada de Bens Públicos Dominicais pela Lei nº 13.465/17	79
2.1 As insubsistentes alegações de inconstitucionalidade	80
2.2 A posse em bem público desafetado permite a utilização da legitimação fundiária.....	95
3. A Efetivação dos Direitos Fundamentais Decorrentes da Posse de Bens Públicos Desafetados: Necessário Ajuste na Jurisprudência do STJ.....	121
3.1 A ilegal inclusão de bens públicos dominicais na súmula 619/STJ: a posse produz efeitos independente da natureza pública do bem	124
3.2 Os mitigados efeitos da posse de bens públicos desafetados a partir da nova lei processual: a concretização do direito fundamental de moradia nesses locais pela política pública de regularização fundiária na cidade.....	178
Conclusão	241
Anexo/Referências Bibliográficas	247